

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.736 - SP (2019/0228039-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : GABRIEL ALTAFINI CARUSO
ADVOGADOS : MARCOS DE ALMEIDA NOGUEIRA - SP216938
HELIO DONISETE CAVALLARO FILHO - SP331390
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, §4º, DA LEI N. 11.343/06. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. QUANTIDADE DE DROGA - 478G DE COCAÍNA. SÚM. N. 7/STJ. REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Para a aplicação da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, o acusado deve preencher cumulativamente todos os requisitos legais, quais sejam, ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa, podendo a reprimenda ser reduzida de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), a depender das circunstâncias do caso em concreto.

II. No caso, as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, entenderam que a quantidade e a natureza do entorpecente apreendido - 70 porções de cocaína, com peso total de 478 g - evidencia a dedicação do réu a atividades criminosas, ensejando a não aplicação do benefício previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Concluir de forma diversa implica exame aprofundado da matéria fático-probatória, inviável em recurso especial, a teor da Súm. n. 7/STJ.

III. Devidamente justificada, com base nas circunstâncias do caso concreto, a imposição do regime mais gravoso do que aquele em que a pena, em tese, comportaria, não há que se falar em violação ao art. 33, § 2º, do Código Penal, pois a quantidade e a natureza do entorpecente apreendido - 478 gramas de cocaína - justificam o meio fechado para o início do cumprimento da reprimenda.

IV. Não há que se falar em violação do art. 387, §2º, do Código de Processo Penal, pois, no caso, além de a quantidade de entorpecente apreendida ser desfavorável

Superior Tribunal de Justiça

ao acusado, o tempo de prisão provisória não ensejaria a redução da pena a *quantum* inferior a 4 (quatro) anos, a autorizar o abrandamento do regime prisional.

V. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator